

## AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A APROPRIAÇÃO DESIGUAL DA CIDADE\*

Tatiana Carla Caricati ANDRIOLI\*\*

**Resumo:** As reflexões sobre questões urbanas vem sendo cada vez mais aprofundadas. No entanto, há que se ter preocupação com relação aos conceitos que envolve tal temática, para que não haja uma simplificação e até mesmo uma naturalização na discussão referente aos impasses quanto à produção, economia e política do espaço. Para tanto, nos preocupamos inicialmente em discutir o par cidade-urbanização, estabelecendo as distinções entre ambos e suas relações, afim de que haja uma compreensão teórica da realidade sócio urbana, propiciando a análise das relações sociais estabelecidas que acabam por conduzir a produção do espaço, fundamentada pela contradição entre a produção coletiva e a apropriação privada.

**Palavras-chave:** Cidade; Urbanização; Movimentos Sociais; Apropriação; Socialização.

**Resumen:** La reflexión sobre la cuestión urbana es cada vez más profunda, por ello, debemos mantener una preocupación constante con relación a los conceptos que envuelven esta temática, para evitar simplificaciones e incluso la naturalización en la discusión de los impasses relativos a la producción, economía y política del espacio. Para ello, nos preocupamos inicialmente del binomio ciudad-urbanización, estableciendo las distinciones entre ambos y sus relaciones, con objeto de que haya una comprensión teórica de la realidad socio-urbana, propiciando el análisis de las relaciones sociales establecidas que acaban por conducir la producción del espacio, fundamentada por la contradicción entre la producción colectiva y la apropiación privada.

**Palabras llave:** Ciudad; Urbanización; Movimientos Sociales; Apropiación; Socialización

Para se falar em cidade e urbanização, devido à crise dos conceitos existentes para desenvolver tal temática, faz-se necessário diferenciar a cidade e o urbano.

A cidade pode ser entendida como a expressão, a materialidade, a forma, ou seja, tudo o que vemos de concreto. Já o urbano, são as relações estabelecidas na materialidade (cidade). Portanto, a cidade é que vai dar sustentação ao processo de urbanização. Spósito destaca (1999, p. 84):

*"se não há distinção entre a forma urbana e seu conteúdo definido por múltiplos processos, dinâmicas e práticas, é difícil perceber as intensas relações entre esses dois níveis da realidade".*

Essa não distinção e a difícil percepção das relações existentes podem levar a equívocos conceituais do par cidade-urbanização, devido a não compreensão teórica da realidade sócio-urbana. Um exemplo dessa afirmativa é a emergência do processo de desurbanização, o que na realidade não está ocorrendo, mas sim o surgimento de novas condições técnicas que favorecem a dispersão da cidade. Tais condições propiciam o surgimento de uma nova forma de urbanização, processo esse que se redimensionou com o avanço do capitalismo.

\* Artigo elaborado para a disciplina "Urbanização e Produção da Cidade", ministrada pela prof dra Maria Encarnação Beltrão Spósito no ano de 2000.

\*\* Mestranda em Geografia na UNESP/Presidente Prudente. Bolsista FAPESP. E-mail: taticarla@onda.com.br

A partir deste ponto, temos que ter clareza que, para se compreender a produção de espaço urbano, tanto a forma como o processo deve estar associado para que se efetue a análise de maneira profícua, compreendendo que o urbano é e envolve uma dinâmica.

No entanto na Geografia Clássica, que se contrapõe em termos conceituais à Escola de Chicago (século XIX), para se compreender a urbanização, utilizava-se a interpretação estruturalista do espaço urbano, aplicando apenas um modelo para explicar as cidades, como se estas não possuíssem história e não estivessem sempre se modificando.

Contudo, o que deve ser ressaltado para o entendimento da produção do espaço, é que deve se levar em conta a estruturação do mesmo, enquanto um processo cuja base está na articulação entre os usos do solo, assim como os deslocamentos realizados para que se desenvolvam as funções urbanas.

Para que haja uma melhor compreensão dos fatos que elencamos até o presente, pensamos ser imprescindível ressaltarmos que a cidade na sua origem não era um local de produção, diferentemente do que ocorre na cidade contemporânea, que vem passando por modificações resultantes de relações baseadas somente no fator trabalho e/ou mercado, o que acaba por segmentar a cidade, acentuando as contradições da produção do espaço urbano.

Com a globalização, passamos a ter um novo sentido na produção do espaço, que apesar de uma tendência à homogeneização, acaba por aprofundar as desigualdades espaciais, assim como hierarquizar espaços específicos redefinindo as cidades, ocorrendo conseqüentemente uma redefinição territorial dos usos e dos fluxos urbanos.

De acordo com Carlos, (1996, p. 26) "*a produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar num momento específico, e revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada*".

Devido a essas mudanças na divisão técnica e social do trabalho, há uma dispersão territorial, tanto da produção como na gestão dos processos produtivos, ocasionando uma apropriação desigual das cidades, que gera um conflito permanente no interior da sociedade.

Elementos ainda preponderantes para a análise do espaço urbano, são o papel da Economia e do Estado, que também propiciam o parcelamento do espaço na forma de propriedade privada, a partir da dominação, coação e da segregação, imposta pelo modo capitalista de produção.

No momento em que abordamos a apropriação desigual das cidades justificada pela propriedade privada, o espaço urbano torna-se mercadoria, sendo que seu valor de troca passa a superar seu valor de uso e, por conseguinte, o mesmo é vendido em partes, o que gera as relações conflituosas que se expressam na sociedade, acarretando o aprofundamento da diferença entre pobres e ricos.

Com isso, percebemos que para a grande maioria da população não há escolha para o espaço urbano, determinando, portanto uma socialização capitalista do espaço.

Socialização no sentido de que toda a população contribui para a modificação do espaço; capitalista, pois somente um número reduzido de pessoas se apropria do espaço, gerando o que vem se denominando de crise da cidade, pois de acordo com Damiani (1999, p.126) :

*"... embora o espaço seja produzido socialmente, pode ou não ser apropriado pelos grupos ou indivíduos, tendo-se em vista os limites das relações sociais existentes: a importância da propriedade privada. Domínio do espaço e apropriação do espaço não são sinônimos, mas, em nossa época, definem uma contradição fundamental. Talvez, ainda mais a deterioração dos dois termos dessa contradição. Domínio, sugerindo devastação, apropriação, definindo empobrecimento das relações sociais"*

Devido a essa apropriação do espaço, que culmina com uma produção coletiva e uma apropriação privada que reflete o já citado empobrecimento das relações sociais, tal fato se consolida, pois o capital subjuga as relações de produção de acordo com o que objetiva reproduzir.

O que é primordial para o capital é a transformação das cidades, em áreas a serem consumidas, tornando o espaço mercadoria, espaço para troca, ocasionando uma apropriação extremamente diferenciada forçando os indivíduos a uma segregação em lugares muito distantes dos chamados centros urbanos, gerando o surgimento de subcentros e até mesmo a expansão da cidade.

O que é importante ressaltar, neste ponto, é que não há uma exclusão desta população do chamado sistema capitalista, pois não é isso que o mesmo objetiva, ocorrendo sim uma inclusão perversa desses indivíduos na sociedade.

Tal processo fica evidenciado justamente pelo fato do espaço urbano tornar-se objeto de poder político atendendo anseios unilaterais da sociedade, garantindo a reprodução das relações estabelecidas. Portanto, os interesses da apropriação privada sobrepõem-se aos interesses coletivos, o que se exprime em uma socialização contraditória.

Como afirma Santos *"a própria cidade física é condição da produção, com a privatização do uso das benfeitorias coletivas, através de sua apropriação seletiva e, afinal excludente"*.

Há, portanto que se dizer, que a própria cidade corrobora e é resultado da divisão social do trabalho, o que garante a acumulação, circulação e produção do capital.

Como já mencionamos, a cidade cada vez mais vem sendo apropriada de forma privada e seletiva, o que possibilita o reavivamento dos movimentos sociais urbanos.

Devido ao fato destes movimentos não serem homogêneos, pensamos ser interessante defini-los conceitualmente. De acordo com Gohn:

*"os movimentos sociais urbanos propriamente ditos devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana que tenha a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo"*.

Esses movimentos são importantes, à medida em que vão ao encontro à hegemonia que está imposta, negando a reprodução do sistema capitalista, buscando alterar a lógica da apropriação do espaço urbano.

A partir deste ponto, temos que refletir se na realidade ocorre a negação da reprodução do sistema capitalista, é claro que os movimentos acabam por nos revelar algumas das necessidades reais referentes à apropriação e ao uso do espaço urbano. No entanto, a população que se vê à margem do sistema, no afã de integrar-se, acaba por promover e consolidar ainda mais o status quo vigente.

Não queremos, no entanto, dizer com tal afirmação que os movimentos sociais não são válidos, mas que devem ser analisados sob uma ótica mais crítica, pois existem significativas diferenças entre movimentos comunitários e movimentos populares críticos.

Para que esta lógica de apropriação se modifique, faz-se necessário superar as aparências que nos revelam a apropriação desigual e buscar entender as relações que são estabelecidas na cidade, ou seja, compreender o papel da organização social.

Uma das maiores dificuldades a ser superada, é o fato da propriedade privada ser legitimada socialmente, o que de certa forma acaba por inibir a efetiva atuação dos atores sociais.

Os movimentos sociais urbanos atuam como uma resposta à segregação social, assim como à dominação capitalista, no entanto, seus atores continuam a ser expressão do processo de reprodução social e da acumulação de capital.

O que é interessante notar, é que os atuais movimentos lutam pelas condições de produção da vida social, e não mais se mobilizam pelas questões relacionadas às relações capitalistas de produção. Podemos dizer que tal fato ocorre devido à privação que esses movimentos sociais sofrem com referência às suas condições sociais de existência assegurada pelo que se denomina de "apropriação capitalista da práxis social".

Essa apropriação acaba por tornar os indivíduos alienados, garantindo a prevalência do desenvolvimento das práticas que interessam ao capital, gerando e acentuando as crises que vivenciamos em nosso cotidiano.

Tais crises sociais, que segundo Lefebvre levou à decomposição da cidade, geram um processo mais abrangente denominado de "urbanização da sociedade". Essa então crise urbana que propicia o surgimento de uma nova forma de urbanização, expansão do tecido urbano, multicentralidade, entre outras, acaba por intensificar a socialização capitalista da sociedade, agravando a segregação sócio-espacial e permitindo a atuação dos movimentos.

No entanto, temos clareza que a discussão sobre a apropriação do espaço urbano, exige um maior aprofundamento teórico, e que nos leva a uma reflexão muito mais no plano subjetivo do que no plano das aparências, que na maioria das vezes acaba por nos emprestar noções de falsos direitos e deveres, nos limitando a uma sociedade plenamente funcionalista.

É equivocado pensarmos que a partir do momento que a sociedade civil une-se com o intuito de reivindicar uma uniformização nos interesses dos indivíduos, objetivando atenuar as diferenças sociais, procurando encontrar um ponto de equilíbrio, estará superando o sistema a que estamos mergulhados, pelo contrário, cada vez mais faremos e permitiremos que ele se acentue, em nenhum momento estaremos deste modo superando-o.

Cabe, portanto a nós, nos perguntarmos que direitos, igualdades, e emancipação objetivamos, se queremos uma superação ou a falsa sensação de superação que tentamos nos impingir cotidianamente.

Em nenhum momento na realidade nos colocamos contra o Estado e a Economia, queremos, sim, que estes atendam às necessidades do consumo coletivo, esquecendo que ambos legitimam a contradição existente na produção do espaço.

A ingenuidade acaba imperando sobre aqueles que acreditam que existe a intenção de regular as relações e a situação de carência, como podemos ter reformas urbanas se estas não são interesse do capital? Não alcançaremos a emancipação social deste modo, pois queremos a junção de interesses incompatíveis e, para não reforçarmos a teoria capitalista de desenvolvimento é necessário que formulemos críticas concisas ao Estado, Economia e ao que entendemos por Direito, ou seja, "crítica radical ao valor".

Como afirma Kurz (1998, p26): "...é preciso libertar este mundo unificado de sua conformação mercantil, resguardando seu nível civilizatório, sua força produtiva e seus conhecimentos. Essa tarefa histórica, que o marxismo operário havia deixado de lado e protelado para um futuro supostamente longínquo, está agora na ordem do dia".

#### Referências Bibliográficas

- BIHR, A. **Da grande noite a alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.  
CARLOS, A FA **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.  
DAMIANI, A L, et al. **O espaço no fim de século**. São Paulo: Contexto, 1999.  
FISCHER, T. (Org) **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.  
GOHN, M da. A luta pela moradia popular em São Paulo. In: **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. p.155-164.  
HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Trad. De Armando Correa da Silva. São Paulo, Hucitec: 1980.

- KURZ, R. **Os últimos combates**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. De Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. de Rubens e Frias. [s. l.]: Moraes, 1991.
- RODRIGUES, A M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- RODRIGUES, A M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, M. **Novos rumos da geografia brasileira (Org)**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M et al. **O novo mapa do mundo: problemas geográficos de um mundo novo**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Trad. de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SPÓSITO, M E. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.